

Reforma Agrária E Processos Nômades: Uma Discussão Sobre As Limitações Culturais De Fixação Do Homem No Campo¹

Valdemar Siqueira Filho – UNIMEP²
Dennis de Oliveira – UNIMEP³
Valéria Rueda Elias Spers – UNIMEP⁴
Elisabete Stradiotto Siqueira – UNIMEP⁵
Eduardo Eugênio Spers - UNIMEP⁶

Resumo

O nomadismo é interpretado pelos meios de comunicação como elemento pertencente às culturas subdesenvolvidas; está associado aos termos atrasado e inculto. Com o advento da pós modernidade, alguns estudos procuraram abordar sua influência na cultura contemporânea. No Brasil, os índios, depois os portugueses e negros até os imigrantes que aqui chegaram, todos eram descritos sob esse olhar. Nosso estudo busca compreender as conseqüências da influência nômade na cultura brasileira. Estabelece uma crítica à fixação do homem na terra como bandeira de luta do MST. Afirma as dificuldades de levar a cabo essa proposta, utilizando como referência os elementos de linguagem observados no Assentamento de Sumaré - SP. Mostra que esse traz índices de que o nomadismo tem contribuído para o processo de ocupação de terras pelo país, mas também, dificulta a fixação da população em um único lugar.

Palavras chave: processo mediático e cultural, nomadismo, semiótica, cultura

Introdução

O texto estuda a influência do nomadismo na nossa cultura, estabelecendo-o como elemento aglutinador entre as diferentes etnias que contribuíram para a nossa formação. Um assentamento ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, na cidade de Sumaré, região de Campinas (São Paulo), servirá como exemplo da ação do nomadismo sobre a cultura. Procuramos abordar os obstáculos para a implementação da proposta do MST de fixação do homem na terra, a partir das críticas sobre a dificuldade de incorporação dessa para população, principalmente em seu aspecto cultural.

A ocupação da terra como alternativa de moradia e trabalho para os assentados é tomada como um argumento quase indiscutível pela grande maioria das produções acadêmicas. Por

¹ Trabalho apresentado ao NP 12 – Comunicação para a Cidadania, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Valdemar Siqueira Filho, professor da UNIMEP, Faculdade de Comunicação, doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, dhemah@uol.com.br

³ Dennis de Oliveira, coordenador do Curso de Jornalismo da UNIMEP, professor da USP-SP, doutor em Comunicação pela ECA-USP/SP, deolivei@unimep.br

⁴ Valéria Rueda Elias Spers, professora da UNIMEP, Faculdade de Gestão e Negócios, doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, vrueda@unimep.br

⁵ Elisabete Stradiotto Siqueira, professora da UNIMEP, Mestrado Profissional de Administração, doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, esiqueir@unimep.br

⁶ Eduardo Eugênio Spers, professor da UNIMEP, Mestrado Profissional de Administração, doutor em Administração pela FEA-USP, eespers@unimep.br

este motivo, é importante compreender os limites dessa proposta, a fim de alcançarmos outros desdobramentos envolvidos nessa ação.

O percurso de nosso trabalho parte de uma análise da importância da dimensão cultural para a compreensão da forma organizativa do Movimento, tomada em sua concepção multidimensional, cuja percepção está baseada na complexidade das diferentes significações articuladas nesse projeto de fixação do homem na terra.

A partir de tais referências, procuramos analisar em que medida a ocupação da terra, provoca um estreitamento dos elementos culturais aí envolvidos. Além disso, essa perspectiva, em alguns momentos, pode aproximar-se de um caráter romântico, por pretender-se “a única escolha historicamente correta” para o desfecho do processo de assentamento, sem apontar as contradições inerentes à pluralidade significativa de toda e qualquer ação social.

Nosso referencial de análise foi estabelecido sob a perspectiva do nomadismo cultural, procurando resgatar a dimensão positiva deste conceito na interpretação da lógica de ocupação dos assentamentos. Procuramos enfatizar as contradições entre o fixar-se indefinidamente na terra e a errância como uma relação de uso e apropriação do espaço.

Reforma Agrária, Nomadismo e Cultura

Os estudos sobre o Movimento dos Sem-Terra trazem contribuições importantes sobre a trajetória de luta desses trabalhadores, no que se refere à apreensão do discurso que articula a proposta de reforma agrária, a organização coletiva, o trabalho cooperativo, a vida comunitária e a qualidade de vida como elementos centrais para os assentados. Entretanto, parece-nos que outros elementos presentes no imaginário dessas pessoas seriam potencializadores de novas práticas no Movimento e estariam circunscritos nas relações entre a cultura e o lugar onde esta se presentifica.

Assim, sentimos a necessidade de acrescentar outro rumo à estrutura de pensamento desenvolvida pelos trabalhos que tratam a questão da fixação no campo como alternativas únicas para o amadurecimento de um processo de Reforma Agrária, buscando incorporar à análise conceitos como nomadismo e hibridização, categorias que têm sido tratadas pejorativamente como sinônimo de vagabundagem ou degeneração cultural e que são atribuídas aos povos considerados arcaicos e bárbaros, a partir de uma concepção eurocêntrica de mundo.

No desenvolvimento de nossa análise, através da apropriação dos conceitos de nomadismo e hibridização, procuramos traduzi-los invertendo o caráter negativo que lhes é atribuído e,

assim, estabelecendo uma abordagem que os incorpore como elementos de positividade nas formas de organização da cultura.

O pensamento, nessa perspectiva, organiza-se sob a forma de mosaico, buscando referências das mais diversas, uma forma de polifonia, que não escolhe uma teoria apenas para fazer sua aplicação, mas propõe uma tessitura, formando uma rede entre diferentes conceitos.

Portanto, nossa análise toma como uma de suas referências a importância do imaginário abordada por Lezama Lima (1988, p. 29), em seus estudos sobre a cultura latino-americana, que estabelecem as formas em devir desta, apontando aspectos de como ela pode ser (e não como deveria ser), em cada experiência cultural.

A complementariedade atribuída entre a criação de imaginários e a produção da realidade americana afirma a necessidade de abordarmos a história como uma ficção tecida por uma imagem socialmente construída através de um eterno devir. Neste sentido, não haveria uma relação excludente entre a criação de imaginários e a produção da realidade, uma vez que estes conceitos são complementares. Entretanto, a produção do imaginário em uma cultura ou grupo cultural é sempre muito ampla e difícil de ser sistematizada.

No caso dos sem-terra, o imaginário da fixação do homem na terra foi tomado praticamente como a imagem a ser presentificada na realidade, deixando em segundo plano a integração de outros, também condicionadores da sociedade como condição de superação da marginalização, ora vivenciada.

Esta forma de percepção do mundo corresponde também aos outros sistemas de pensamento popular, que, ao desenvolverem procedimentos incorporativos em seu cotidiano, põem em colisão elementos culturais e míticos, saberes, lógicas organizativas e imaginários, construindo assim continuamente o seu devir.

Nesse sentido, é interessante abordar as práticas organizativas dos movimentos populares, pois estes tendem a não ignorar as suas diferenças constitutivas, elegendo sempre mais de uma perspectiva⁷ a ser cultivada para o fortalecimento e a unificação de sua entidade.

O Movimento dos Sem-Terra nasceu como resultado da condição de exclusão social do país e alcançou sua legitimidade na sociedade. Para que assim continue, ele não pode se prender apenas em um discurso sobre a volta à vida no campo; se queremos modificações na

⁷ “A contradição seria, assim, vista como um elemento de crise e também de criação de novas formas organizativas, que tanto poderiam ser incorporadas ao modelo vigente, como serem propositoras de novos saltos qualitativos, que já não poderiam ser incorporados na lógica organizativa vigente. Assim também ocorre com a produção científica e seus modelos paradigmáticos. Sobre isso, o físico Thomas Kuhn adverte: “Ao aprender um paradigma, o cientista adquire ao mesmo tempo uma teoria, métodos e padrões científicos, que usualmente compõem uma mistura inextricável. Por isso, quando os paradigmas mudam, ocorrem alterações significativas nos critérios que determinam a legitimidade, tanto dos problemas, como das soluções propostas”. (KUHN, 1994, p. 144)

sociedade, elas devem ocorrer por meio da explicitação de experiências-limite, de participação e organização não monolítica de grupos marginalizados.

O romantismo da vida no campo parece interessar mais para os estudos realizados sobre o Movimento do que para os assentados se apropriarem dele em seus imaginários, ou seja, conseguir a terra é a única opção para essas pessoas. Nesse sentido, nega-se a própria condição constitutiva do imaginário, que deve se caracterizar pela ambivalência e pluralidade.

O conceito de cultura de Iuri M. Lotman (apud PIREs, 1994/95, p.116)⁸ é bastante esclarecedor no que se refere aos processos de apropriação cultural:

A cultura não é um depósito de informações; é um mecanismo organizado, de modo extremamente complexo, que conserva as informações, elaborando continuamente os procedimentos mais vantajosos e compatíveis. Recebe as coisas novas, codifica e decodifica mensagens, traduzindo-as a um outro sistema de signos.

O sistema de signos indicado por Lotman mostra que a cultura popular também traduz para si os dados de realidade, a partir de procedimentos “vantajosos e compatíveis”. Portanto, a questão da terra deve ser observada através de um sistema que articule linguagem, práticas cotidianas e meio ambiente.

Se a população estabelece suas formas de organização a partir de suas carências, não nos parece pertinente haver, no caso da reforma agrária, apenas um grande discurso explicativo que legitime o Movimento. Também não nos parece seguro afirmar o surgimento de uma nova cultura camponesa, baseada nas lutas de ocupação de terras, pois, afinal de contas, nosso país tem uma característica agrícola, mas sua agricultura adere a formas de produção muito próprias, como a exploração sazonal.

Uma cultura com característica marcadamente nômade traduz um projeto de ocupação da terra a partir dos elementos de linguagem que lhe fazem sentido. É o que Pinheiro (1994, p. 52) descreve como tradução cultural, ou seja, as necessárias reações e as acomodações ininterruptas entre sistemas científicos, culturais e lingüísticos, que são materializadoras das práticas cotidianas na cultura.

Nossa pesquisa procurou estabelecer um ponto de vista complexo⁹, relacional, descentrado entre a produção da cultura, caracterizadora da convivência, nem sempre harmônica, de distintas práticas sociais, e as formas de organização política mediadas pela linguagem.

⁸ Segundo Pires (1994/95, p. 116), para Lotman, cultura é informação e, nesse sentido, pode ser decodificada sob diferentes formas.

O Assentamento Sumaré I e o Nomadismo na Reforma Agrária

Nesse item analisamos elementos significativos das práticas organizativas do Assentamento Sumaré I, observando a influência do nomadismo.

Uma seleção temática destaca aspectos desenvolvidos no trabalho, nas festas e na relação nômade entre o espaço rural e urbano.

A presença de elementos nômades na organização do trabalho denota as dificuldades de enraizamento dos assentados. Destacamos a relação indicial entre a produção de linguagem e a apropriação do espaço territorial.

Enfatizamos as estratégias desenvolvidas para o fortalecimento das organizações internas e para a viabilização de novos compromissos com grupos externos ao assentamento.

Como os assentados possuem uma experiência de vida híbrida entre a cidade e a zona rural, nosso enfoque utiliza o conceito de nomadismo, observando as estratégias das famílias assentadas na convivência entre esses dois espaços de interação.

Nossa análise propõe uma abordagem possível, mas não absoluta, sobre os temas apresentados, pois se o nomadismo caracteriza-se pela errância, suas práticas também são dinâmicas, provisórias e irrepetíveis.

A Referência Nômade da Cidade

A organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST costuma ser enfocada como homogênea, parece não haver diferenças significativas entre os assentamentos espalhados por todo o território nacional, como já afirmamos. Mesmo para uma parcela dos que estudam este tema, o MST representaria a unificação do campesinato em nosso país.

O Assentamento de Sumaré I, localizado na cidade de Sumaré (São Paulo), surgiu em 1983, antes da fundação do MST. Como consequência, estabeleceu-se entre eles uma relação contraditória, sustentada no respeito, quando lhe interessa e possibilita ganhos reais e, ao mesmo tempo, na autonomia e na crítica, seguindo seus princípios anteriores.

Inicialmente, o MST propunha a ocupação dos lotes de terra para cada família com a finalidade de garantir sua posse e a vigilância frente à ação do Estado. Sumaré I adotou estratégias próprias de organização: dispunha as casas dos assentados umas próximas às outras, formando uma agrovila, com a justificativa de baratear os custos de infraestrutura

(água, luz, telefone, arruamento, etc).

⁹ Segundo Morin, o pensamento complexo não é um conceito manipulável, é o de integrar em si próprio uma visão que busca a multiplicidade, a contextualização. É uma ajuda ao pensamento pessoal, não é um programa, um método que pode sair da

As famílias assentadas provinham da cidade, portanto, suas vidas desenvolveram-se no espaço urbano e as lembranças que os mais velhos traziam da infância no campo não lhes proporcionavam conhecimentos suficientes sobre o trabalho agrícola. Resultava daí a necessidade de aprenderem uma nova profissão. Apoiados na experiência do serviço temporário ou, como dizem popularmente, “fazendo bico”, sem carteira assinada e residindo nas zonas periféricas, passaram a utilizar esses conhecimentos, que haviam garantido até então a sua sobrevivência, tentando adaptá-los ao campo.

A chegada dessa gente trouxe uma nova informação ao campo. Estabeleceu-se, então, uma organização resultante do repertório nômade dos assentados, surgindo o que Ferrara (1993, p. 151) denomina de Espaço de Informação, ou seja, “aquele ambiente físico, social, econômico e cultural que agasalha um tipo de comportamento decorrente de um modo de vida, um modo de produção. Esses comportamentos revelam-se através de uma linguagem que tem como signos usos e hábitos”.

Portanto, se o modo de vida dessas famílias circunscrevia uma experiência urbana, transpor este conhecimento para o campo significou mudanças não só para estas pessoas, como também para o espaço rural, que adquiriu dos novos usuários uma nova informação de uso e apropriação.

A organização da agrovila respondeu à lógica da vida urbana, pois os outros assentamentos, naquela época, ocorriam através da localização das casas no lote de cada família, acarretando um isolamento entre as mesmas. Em Sumaré, cada assentado possui sete alqueires de terra, e a organização em agrovila proporcionou um convívio mais próximo entre eles, além de garantir maior segurança para todos.

A descrição dos moradores sobre a vida no assentamento tem um caráter contraditório, pois os jovens não vêem o trabalho na terra como um projeto de vida futuro. A fome foi eliminada no assentamento, mas existem queixas sobre a falta de recursos para participarem da sociedade do consumo.

O desejo de acesso ao consumo é facilmente interpretado pelos grupos que estabelecem ali algum tipo de parceria (Sindicatos, Igrejas, Universidades e Ongs) como resultante da falta de consciência política dos assentados. Trata-se de um pensamento que nega o direito das pessoas de usufruir dos bens de consumo, esquecendo o esforço físico necessário para a realização do trabalho (é o caso da lavadora de roupas, do liquidificador, etc...)

Reconhecemos a validade da crítica ao consumismo, que representa um desvio da necessidade

que todos temos de consumir. Buscamos, entretanto, apenas compreender o ponto de vista daqueles que estão excluídos do acesso a esses bens, daqueles que estão marginalizados e pretendem ser integrados nesta sociedade. Acreditamos que, após a inclusão, essas pessoas produzirão autonomamente sua crítica, a partir da experiência vivida.

O ideário de formação de um novo campesinato também não parece corresponder à realidade, pois o trabalho no assentamento, apesar das vantagens que oferece, transforma-se na única solução para a existência, e esta falta de alternativa torna-se insuportável para as novas gerações. Ocorreram vitórias incontestáveis para se conquistar a terra, todos as reconhecem, mas elas não são suficientes para estabelecer o vínculo dos jovens com aquele local.

Esta situação, entretanto, não aponta para um futuro fim do assentamento¹⁰. Parece-nos que algumas famílias permanecerão, assim como alguns jovens, mas o projeto de morarem unidos naquele local não corresponde mais às expectativas de todos:

Nota-se, portanto, o vínculo importante que a cidade estabelece com a vida do Assentamento. Os assentados trazem uma história urbana, não é possível esquecê-la, mesmo porque a cidade continua oferecendo atrativos econômicos e culturais, que eles buscam usufruir. Assim, uma proposta de Reforma Agrária deveria ser capaz de dialogar com os elementos nômades constituídos pela mesclagem entre o urbano e o rural.

O Rural e o Urbano

As casas do assentamento são simples, mas oferecem maior conforto que aquelas em que os assentados moravam na cidade, seja na favela, seja em casas de parentes, amigos, ou ainda de aluguel. O tamanho da construção pode ultrapassar a 100 metros quadrados, mas existem também casas menores, com aproximadamente 60 metros quadrados. Todas estão em fase de acabamento, poucas possuem reboco externo, piso e azulejo.

A grande vantagem frente à cidade encontra-se no tamanho do terreno destinado à casa, que é adequado para abrigar também a construção de futuras casas para os filhos que casarem, pensamento indefinido e adequado ao gosto nômade.

A maioria das famílias afirma que gosta de morar no assentamento e que não tem pretensão de voltar para a cidade. No entanto, existem famílias que afirmam morar no local por falta de outra opção, o que não significa a intenção de abandonar sua casa, mas gostariam de poder contar com outras possibilidades para que assim pudessem realmente escolher. A busca pela multiplicidade de escolha pode ser interpretada como uma postura nômade.

¹⁰ O Sr. João Calixto, um dos líderes do movimento, relata que na ocupação do Assentamento participaram 840 famílias, dessas ainda residem no local apenas 26.

Podemos perceber a posição de alguns assentados sobre sua condição de vida: não há para eles alternativas, mesmo que o Assentamento seja interpretado como uma vitória, falta-lhes ainda o direito de escolha. Esta limitação pode ser percebida pelo ceticismo com que vêm os projetos de melhoria para o local.

Existem, entretanto, aqueles que afirmam gostar do lugar, mas que seria necessário lograr algumas melhorias.

Alguns moradores vêm a possibilidade futura do Assentamento tornar-se um condomínio fechado. Esta proposta não causa grandes protestos entre os assentados, mas produz um contraste com a perspectiva da Reforma Agrária.

A Sociabilidade Nômade

A convivência, na agrovila, é proporcionada pelas conversas de fim de tarde entre os assentados. Reunidos nas varandas das casas ou nas sombras das árvores frutíferas do quintal, diariamente eles cumprem esse “ritual”. Estes encontros proporcionam a organização de grupos de afinidades, constituídos a partir da preferência e do grau de parentesco existente.

As diferentes linhas políticas dos assentados encontram-se enraizadas nestes grupos, são eles que lhes dão força, através do prestígio social e poder econômico de seus componentes. Assim, apesar de todos serem assentados, uns trabalham na cidade, outros possuem cargos de confiança política na prefeitura do município, muitos vivem apenas da terra, mas poucos conseguem uma renda significativa desse trabalho.

O nomadismo existente no Assentamento possibilita a convivência com a multiplicidade organizativa do local. Os assentados procuram se valer de qualquer oportunidade que favoreça a melhoria das condições de vida das famílias.

Os espaços dos grupos de conversas não são fechados internamente para a participação dos assentados, mas externamente isto ocorre, não por imposição, mas porque participar deles requer uma constância na relação que nenhuma assessoria consegue ou, parece-nos, pretende alcançar.

Os compromissos assumidos pelos assentados demonstram as diferenças internas: alguns são responsáveis pelo discurso articulador da ação, outros apenas buscam executá-la, sendo, muitas vezes, céticos sobre o produto a ser alcançado pela empreitada proposta, e outros não se propõem nem a participar, pelo menos enquanto não ocorram resultados palpáveis que os interessem.

Acreditamos que a operacionalização da Reforma Agrária necessitaria contemplar todas estas formas de organização nômade, já que há casos como o da Cooperativa de Sumaré, que tem buscado estabelecer um trabalho em conjunto com os assentados e, no entanto, está longe de

alcançá-lo, pois toda proposta apresentada ao Movimento estabelece mecanismos de padronização das ações, condição que as famílias parecem não estarem dispostas a concretizar.

As Festas e Comemorações

A realização de festas comemorativas do final da safra é uma atividade importante para os assentados. Nestes eventos, buscam celebrar o trabalho realizado e reforçar os laços de amizade entre as famílias do assentamento.

Algumas festas chegam a contar com a visita de mais de mil pessoas, requerendo um trabalho conjunto de todo o assentamento. Normalmente, são oferecidas refeições da colheita ou pratos típicos da cozinha caipira como, por exemplo, uma boa galinhada.

A organização desta atividade poderia ser comparada a um mutirão extremamente eficiente, pois envolve homens, mulheres e crianças. Chama a atenção o trabalho exaustivo realizado neste período e, certamente, eles ficam um pouco ofendidos quando pessoas convidadas deixam de comparecer.

Estas festas são marcos importantes para os assentados e, quando se aproximam, todo o trabalho político no Assentamento é colocado em segundo plano, situação que costuma deixar as assessorias pouco à vontade. Pinheiro (1994, p. 36) lembra que:

O riso é a festa de quem sabe que não há lugar, de quem sabe que não há proteção possível. Por isso que todas as festas artísticas estudadas por Bakhtin têm sempre que ver com a profanação do lugar oficial, onde o discurso clássico e disciplinado luta desesperadamente para domar a morte.

Estes eventos interessam ao nomadismo pelo fato de aproximar a diversão da produção, levando os assentados a pensarem na incorporação da festa como atividade produtiva, transformando o Assentamento em um espaço de turismo e lazer para os visitantes da cidade.

Esta mudança na percepção do Assentamento não tem provocado nenhum debate interno entre os assentados ou externo, com a participação das assessorias sobre a possibilidade de articulação desta proposta com a Reforma Agrária. Entretanto, parece existir claramente aí uma incompatibilidade.

Os assentados, a partir de seus interesses, desempenham algumas ações em busca da Reforma Agrária, através do trabalho na lavoura e da comercialização dos produtos. Ao mesmo tempo, desenvolvem ações nômades, com objetivos muito diversos, como é o caso do turismo, e este movimento parece não estar sendo devidamente analisado pelas assessorias.

Direito à Vida e Nomadismo

A proposta de Reforma Agrária, enquanto um ideário, não aglutina todos os assentados. De certa forma, ela traz em si um anacronismo ao propor o simples retorno do homem à terra. Existe, no imaginário das famílias, a representação da vida de seus antepassados vindos da lavoura, mas esta imagem não se configura como provocadora de grandes entusiasmos.

Para as famílias, a Reforma Agrária possui uma multiplicidade de significados que devemos compreender sob a perspectiva geral de busca do direito à vida.

Algumas famílias entendem a Reforma Agrária como o simples direito do homem de conseguir acesso à terra. As lideranças dão-lhe um significado de revolução da sociedade em busca de um governo socialista, embora a informação sobre o socialismo, na grande maioria dos casos, venha de fonte oral, pela participação em igrejas, partidos e sindicatos.

Não se pode menosprezar esses elementos, des devem ser analisados com respeito, pelo fato de questionarem e quererem reformas no modelo vigente de sociedade. A conjuntura pode mudar, o acaso, como afirma Morin (1991, p. 70) deve fazer parte de nossa análise e o descontentamento é sempre impulsionador das mudanças sociais. Os exemplos da história se reproduzem infinitamente.

Quanto à Reforma Agrária, parece-nos pouco provável que o ideário da fixação do homem no campo possa ocorrer, não porque o poder latifundiário de nosso país o impeça, mas pela simples falta de interesse que toda utopia unificadora produz.

A experiência no Assentamento de Sumaré demonstra que poucos poderiam se adequar à fixação do homem na terra e, conseqüentemente, à lógica do mercado para sobreviver. Para se ter um exemplo, consideremos que as famílias possuem sete alqueires de terra e que, com esta dimensão, a produção com enxada ou com trator torna-se inviável, pois, para o primeiro caso, o terreno apresenta-se grande e, para o segundo, pequeno.

Encontramos também uma competência diferenciada de cada família em seu trabalho: uns são bons produtores e comerciantes, outros são apenas produtores e outros querem utilizar o plantio simplesmente para a subsistência de sua família. Portanto, direcionar esta diversidade unicamente para a lógica do mercado (produção e comercialização) seria um retrocesso para as formas organizativas nômades nas quais convivem.

Deve-se considerar, também, a concorrência de preço do mercado. Estipulado por processos mecanizados que baixam o custo, ele inviabiliza as produções artesanais. Uma alternativa encontrada no Assentamento foi o cultivo de produtos sem agrotóxicos, mas sua venda ainda se encontra muito restrita.

Nesse contexto, a Reforma Agrária seria uma tênue imagem para ser concretizada, mas também um importante caminho de reivindicação do direito à vida. Por isso, não seria estranho que, em algum momento da história desse Movimento, esta bandeira fosse substituída por outra como, por exemplo, a ecológica, mais próxima ao ideário nômade do movimento.

Nomadismo e Organização

O Assentamento de Sumaré está dividido entre três ocupações ocorridas em períodos distintos. Há o Assentamento I com 17 anos, o Assentamento II com 16 anos e o Assentamento III com 1 ano. Cada qual possui características distintas de organização, mas estas diferenças podem ser vistas apenas através de uma perspectiva territorial.

A Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Sumaré, localiza-se no Assentamento I, mas atua também nos outros. O Assentamento II organizou uma Associação de Pequenos Produtores para representá-los, porém suas atividades estão paralisadas, embora esteja ocorrendo um esforço para reativá-la.

Estas entidades são utilizadas pelos assentados de acordo com seus interesses, ou seja, quando a Cooperativa ou a Associação oferecem algum benefício, este é rapidamente aceito por todos.

As existências de várias formas organizativas, como a Cooperativa, a Associação de Pequenos Produtores, o MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré (do qual os assentados fazem parte da diretoria), além das entidades externas, justifica-se mais pela disputa política de poder entre as lideranças que pela necessidade de tal número de representações. Cabe salientar, contudo, que para o nomadismo esta multiplicidade interfere positivamente na democratização do Assentamento, embora a pulverização da organização em várias frentes enfraqueça as ações.

Consideramos positiva a tensão constante provocada pela representação fragmentada do Movimento. Parece-nos que se ocorresse a centralização política, diga-se, de passagem, quase sempre apoiada por agentes externos, naturalmente haveria um fechamento das possibilidades de participação das várias famílias de assentados.

A importância da participação, entretanto, não nega o valor da objetividade que tal centralização pode produzir, mas acreditamos que o processo de construção de uma ação é tão importante quanto os resultados a serem obtidos, e a experiência no assentamento, de certa

forma, demonstra a lógica de incorporação simultânea destas variáveis organizativas, contexto que poucas assessorias são capazes de reconhecer¹¹.

As formas de participação no Assentamento dizem respeito também à necessidade de uma ordem institucional que os represente perante a opinião pública. Assim, para o olhar externo, existe naquele local um grupo organizado e com objetivos claramente delimitados. A imagem pública é importante para a proteção do Assentamento frente a governos autoritários, ou mesmo contra preconceitos existentes na sociedade civil, pois, mesmo discordando da proposta, normalmente se respeita quem possui uma organização forte.

Deve-se reconhecer, entretanto, que em momentos de crise, quando ocorre algum tipo de pressão sobre o Assentamento, as famílias, por não possuírem outra forma de sobrevivência, irão reivindicar seus direitos através de uma força organizativa que nega as falas antes citadas.

Entendemos que a multiplicidade de formas organizativas no Movimento serve mais para abarcar todas e quaisquer possibilidades que surjam em direção aos seus interesses nômades, o que poderia negar o próprio ideário da Reforma Agrária.

Agrofloresta e Turismo Rural

A necessidade de conquistar a simpatia da opinião pública local fez com que o Assentamento buscasse organizar visitas de pessoas da cidade de Sumaré e região, com a intenção de sensibilizá-las sobre seus esforços e mostrando-lhes que suas reivindicações são justas.

Para isso, um caminho encontrado foi proporcionar passeios, organizados por escolas de primeiro, segundo e terceiro grau, no Assentamento. Esta experiência, além de importante fator de aproximação com a cidade, pois diferenças culturais podem ser gerenciadas através da aproximação física, trouxe a necessidade de produzir uma organização interna minimamente adequada para servir alimentação e, às vezes, também estadia para os visitantes.

No Assentamento, foi construído um campo de futebol de 90 por 50 metros, onde ocorrem torneios entre os assentados e os visitantes da cidade e região. Estes campeonatos, além de cumprir o papel de aproximação com a cidade, servem para a venda de produtos cultivados no Assentamento, que são vendidos a preço mais baixo para os visitantes.

A experiência com as visitas despertou nos assentados a intenção de explorar o turismo do local, pois a região de Sumaré está localizada em um pólo urbano e industrial, onde a existência de áreas verdes é muito pobre. Assim, nos últimos anos, tem ocorrido uma

¹¹ As assessorias tendem a interpretar o contexto do movimento social a partir de sua racionalização, sobre a qual Morin adverte “racionalização se crê racional porque cria um sistema lógico perfeito” (MORIN, 2.000, p. 23).

mudança de perspectiva sobre a exploração do local, ampliando-a para a possibilidade do Turismo Rural.

A quase inexistência de financiamento e a inviabilidade dos juros levaram também os assentados a trabalhar com produtos orgânicos, mas a dificuldade de comercialização tem sido um problema de difícil solução. Como alternativa, têm buscado implantar a agrofloresta, que utiliza o plantio casado, ou seja, recupera-se a floresta nativa e utiliza-se conjuntamente o plantio.

A mistura entre floresta e plantio oferece proteção natural para as plantas contra pragas, além de a mata ser mais um atrativo para a implantação do turismo rural.

Estas alternativas são interessantes por buscarem uma solução para o problema do anacronismo existente na Reforma Agrária, ao propor a volta do homem ao campo. Trabalhar o turismo é direcionar novamente as formas de organização do assentamento para o setor de serviços, setor que economicamente tem crescido muito em nossa sociedade.

Os elementos aqui apresentados são significativos e mostram a necessidade de que sejam repensadas as políticas públicas e o trabalho das assessorias sobre o problema da marginalização da população. Ao apontarmos a impossibilidade da Reforma Agrária, pelo menos para um grande número de famílias assentadas, estamos afirmando a existência de uma cultura nômade, plenamente capaz de produzir sua viabilização cultural, pois o nomadismo alimenta-se da incompletude, seu interesse recai para o desconhecido, para a busca de aventura e para a criação de novas possibilidades de existência.

Considerações Finais

Muitos trabalhos sobre os movimentos populares partem do princípio de que essas organizações não possuem conhecimentos adequados para implementar as tarefas necessárias para a criação de seu espaço comunitário. Outros consideram que eles foram impedidos de adquirir esses conhecimentos pelas questões sociais do país.

Realmente, não podemos negar a falta de informação existente no movimento popular. Entretanto, isso não invalida os mecanismos de resistência produzidos pela população, assim como as estratégias de superação encontradas diante de cada obstáculo.

Os agentes externos - ONGs, universidades, partidos políticos, igrejas e sindicatos - atuam junto aos movimentos populares. Solidarizam-se com a população, criando parcerias que propiciam conquistas sociais para todos. Poucos agentes externos, contudo, reconhecem a importância do saber acumulado pelo movimento popular.

Esta pesquisa orientou-se pela influência do nomadismo em nossa cultura, criticando as metodologias de intervenção junto aos movimentos populares, as quais não respeitam as formas de organização cultural dos assentados, propondo *a priori* a sua modificação.

Buscamos uma bibliografia que respondesse às nossas preocupações acadêmicas, contribuindo também para o reconhecimento de um aspecto da cultura popular que denominamos de nomadismo, cuja característica de pluralidade aponta um componente de liberdade e de democracia. Realmente, esse conceito refere-se às formas múltiplas e contraditórias, ao descentramento e à indiposição à centralização organizativa.

A população produz e é produzida pela cultura, que se caracteriza por uma construção extremamente heterogênea, composta através da relação ativa entre distintas camadas culturais. Isso cria um tipo de ação autônoma da população, na direção de suas escolhas. E o nomadismo é um elemento aglutinador dessa diversidade.

Assim caracterizada, a população passa a ser vista como agente, como sujeito responsável por sua própria condição de vida e perfeitamente capaz de promover a criação de alternativas de superação das demandas existentes em seu cotidiano.

A cultura, vista como informação, requer o reconhecimento do lugar que a população ocupa enquanto agente codificador e decodificador dos sistemas de linguagem, e o nomadismo é um agente tradutor dessa informação. A tradução, no caso dos assentados, só pode ser feita por eles mesmos, não pode ser efetuada por nenhum outro segmento cultural. Não há possibilidade de abster-se deste processo, pois a própria abstenção já se caracteriza como forma de participação.

Partindo do estudo do Assentamento Sumaré I (São Paulo), ligado ao MST, nossa metodologia teve como orientação geral a preocupação com o campo da linguagem e sua forma de construção de significados múltiplos e parciais mas capazes de concretizar o imaginário dos assentados na realidade entre a vida no campo e na cidade.

Não acreditamos que possa ocorrer uma nova reorganização do camponês em nosso país, pois nossa origem nômade nos distancia do significado que este termo tem na Europa. Nossa lógica descentrada e incorporativa tem levado as experiências dos assentamentos a estabelecerem uma relação complementar entre o campo e a cidade.

Nossa pesquisa aponta que as famílias assentadas demonstram disposição de desfrutar, sem qualquer tipo de resistência, as distintas possibilidades oferecidas pelo espaço rural e pelo espaço urbano. Cabendo mais às lideranças políticas e aos agentes externos afirmarem a fixação do homem na terra pela Reforma Agrária.

Não queremos desqualificar a proposta de Reforma Agrária para este país. Ela é válida pela necessidade de justiça social. Nossa pesquisa apenas aponta que poucos assentados poderão se adaptar à vida no campo, pois sua cultura traz forte traço de nomadismo.

Referências Bibliográficas

CLARK, Katerina e HOLQUIST, Michael *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Olhar periférico*. São Paulo: Ed. EDUSP, 1993

GOHN, Maria da G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo: Perspectiva, 1994.

LIMA, Lezama. *A expressão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MANZINI COVRE, Marilou. *No caminho de Hermes e Sherazade: cultura, cidadania e subjetividade*. São Paulo: Vogal, 1996

MORIN, Edgar e MOIGNE, Jean-Luis Lê. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, SP, 2000.

MORIN, Edgar. *O Método IV. As idéias: a sua natureza, a vida, habitat e organização*. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000

PINHEIRO, Amalio. *Aquém da identidade e da oposição; formas na cultura mestiça*. São Paulo: Ed. UNIMEP, 1994

PIRES, Jerusa. *Cultura é memória*. *Revista USP*, n.24. São Paulo, dezembro-fevereiro 1994/95.